DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1674/2018

PROCESSO TC/MS	:	TC/14702/2014
PROTOCOLO	:	1519064
ÓRGÃO	:	PREFEITURA DE ARAL MOREIRA-MS
ORDENADOR DE DESPESAS	:	EDSON LUIZ DE DAVID
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 31/2014
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CONVITE N. 9/2014
OBJETO	:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS
CONTRATADA	:	EQUIMAPE MÓVEIS LTDA - EPP
VALOR	:	R$ 36.530,00
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. EXECUÇÃO. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

DO RELATÓRIO

Trata-se do exame e julgamento da regularidade dos atos de execução do objeto do Contrato n. 31/2014 (3ª fase), celebrado entre o Município de Aral Moreira-MS e a empresa Equimape Móveis Ltda - EPP, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, constando como ordenador de despesas o Sr. Edson Luiz de David, prefeito municipal, à época.

O procedimento licitatório e o instrumento contratual dele decorrente, já foram examinados e julgados por esta Corte de Contas como regulares e legais via Decisão Singular DSG - G.ODJ - 2051/2017, proferida nestes autos.

O objeto do contrato é a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para serem utilizados no Centro de Convivência do Idoso, no valor de R$ 36.530,00 (trinta e seis mil, quinhentos e trinta reais), com prazo de vigência de 6 (seis) meses.

Os técnicos da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) examinaram os documentos constantes dos autos e, após a realização das diligências necessárias, na Análise ANA - 4ICE - 65414/2017, manifestaram-se pela regularidade e legalidade da execução e liquidação financeira.

A 3ª Procuradoria de Contas (3ª PRC) exarou seu Parecer PAR – 3ª PRC - 1338/2018 pela legalidade e regularidade da execução.

DA DECISÃO

Analisados os documentos comprobatórios que instruem os autos, verifica-se que se encontram completos, tendo sido atendidas todas as exigências contidas nas Leis n. 8.666/93 e n. 4.320/64, e na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

Restou demonstrado que os procedimentos adotados pelo responsável na execução do objeto contratado foram regulares, comprovando, com todos os documentos exigidos pelas normas legais e regulamentares, a eficiência na aplicação dos recursos públicos, merecendo receber a chancela deste colendo Tribunal.

Assim, acolhendo a análise dos técnicos da 4ª ICE e o parecer ministerial, com fulcro nos arts. 4º, III, "a" e 10, II, do RITC/MS, **DECIDO**:

1. pela **regularidade e legalidade** dos atos de execução do objeto do Contrato Administrativo n. 31/2014 (3ª fase), celebrado entre o Município de Aral Moreira-MS e a empresa Equimape Móveis Ltda - EPP, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c. o art. 120, III, do RITC/MS, constando como ordenador de despesas o Sr. Edson Luiz de David, prefeito municipal, à época;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 01 de março de 2018.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

llss